

CONSTRUINDO PONTES PARA A INCLUSÃO: O PASSO- A- PASSO PARA UMA INCLUSÃO DE SUCESSO – UM RELATO DE CASO

ANDRÉIA MONKS XAVIER¹; MAXIMIRA ROCKEMBACK DA PORCIÚNCULA²;
RITA DE CÁSSIA MOREM CÓSSIO RODRIGUEZ³

¹Universidade Federal de Pelotas- axmonks@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas- maxrp53@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rita.cossio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A proposta desse estudo de caso tem como objetivo apresentar as vivências do aluno durante o período de estudos do curso de geografia (bacharelado) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Essa vivência vai abordar as formas de acessibilidade dentro do ambiente acadêmico.

O relato de caso à seguir será abordado pela autora.

2. METODOLOGIA

A metodologia é um relato de caso sobre acessibilidade no ambiente acadêmico.

É uma pesquisa de dados qualitativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Apresentando o Relato de Caso

Eu me chamo Andréia, tenho 44 anos, sou casada, tenho um filho de 16 anos e uma mãe de 79 anos que mora comigo e possui Alzheimer e sou deficiente física.

Entrei na Universidade Federal de Pelotas no ano de 2014, ingressando no curso de bacharel geografia. Nesta época eu também trabalhava.

No ano de 2015, tive minha primeira internação hospitalar por ter uma dor súbita no corpo e perder os movimentos inferiores. Eu me sentia horrível, pois não sabia descrever o que me afligia.

Fiquei internada durante 15 dias e saí do hospital sem diagnóstico definitivo, mas com um provável diagnóstico de “isquemia transitória”, que seria uma isquemia mais branda, menos agressiva e que não deixaria sequelas.

3.2 Levantamento das barreiras físicas, emocionais, mentais e arquitetônicas.

Voltei para o ambiente universitário com o auxílio de muletas, pois não conseguia ficar erguida por muito tempo, e não consegui retornar as minhas atividades laborais.

Eu não sabia que as minhas limitações seriam um grande empecilho para mim. Mas, eu tinha que voltar e se formar. A minha meta era dar a minha família uma vida mais digna.

Haviam aulas que eu não conseguia participar, pois às aulas eram administradas no andar superior, e eu não conseguia subir, até poderia subir mas eu sentia muita dor e por conta disso o meu rendimento acadêmico caía.

E, não era só isso, as aulas poderiam ser no andar superior mas os banheiros eram no térreo. Se eu descesse depois teria mais dificuldades para subir.

Elevador?! Até tinha, mas era de carga e eu não poderia utilizar. Por conta disso, comecei a ir trancando algumas disciplinas e as quais eram essenciais para o meu currículo e formação.

Is 4 anos que eu iria me formar, passaram a se transformar em 6 anos, 8 anos...

Os meus colegas eram solidários à mim e tentavam me apoiar de todas as maneiras e formas possíveis. E, foi isso que me motivou um pouco mais, pois eu estava prestes a desistir da faculdade.

Eu via as dificuldades mas eu não conseguia solução para o que me impedia. E foi, através de um colega da licenciatura que me apresentou o NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão). Foi lá que eu fiquei sabendo dos meus direitos, e os quais possuía dentro da universidade.

O NAI, na universidade tem como responsabilidade de organizar, adequar e executar ações para a inclusão de pessoas com deficiência no ramo acadêmico, profissional e à vida deste aluno, unindo toda a comunidade acadêmica em prol deste aluno.

E, foi com o auxílio deles que o meu ambiente acadêmico começou a mudar.

As aulas que eram no andar superior, passaram a ser administradas no térreo. Os laboratórios que também eram no andar superior, foram disponibilizados no térreo.

No ano de 2016, eu tive uma nova internação e perdi novamente os movimentos inferiores e a parte da deglutição, e, por conta disto novamente tive que trancar o curso.

Outras internações aconteceram e eu só piorava. Numa dessas internações eu obtive o diagnóstico de Esclerose Lateral Primária (ELP).

Voltei para a casa numa cadeira de rodas e com sonda alimentar. Entrei em contato com o NAI e expliquei a situação. Passei por uma avaliação médica dentro da UFPEL que foi decidido que eu poderia fazer as aulas domiciliares e com o apoio de um tutor.

Por um tempo eu até tentei, mas a depressão foi imensa. E, fiquei infrequente, não tranquei a matrícula. Foi uma bagunça generalizada.

Conversei com o NAI, expliquei a situação e o que estava acontecendo comigo, com o meu "Ser". E, eles foram corretíssimos comigo e trancaram a minha matrícula.

Retornei no ano de 2020, em plena pandemia. Resultado: as aulas tiveram que ser remotas.

Hoje, estamos no presencial e retorno novamente ao ambiente acadêmico. E, estou perto de me formar e me tornei bolsista no NEPCA (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cognição e Aprendizagem), no qual foi uma das melhores coisas que poderia ter me acontecido.

Quero deixar claro aqui, que a inclusão não é só um direito que necessitamos, vai além disso, e a Lei nº 13.146/2015, visa e tem como objetivo de assegurar esses direitos. Possibilitando uma inclusão qualitativa com condições de igualdades, promovendo o exercício dos direitos e das liberdades que são fundamentais para a pessoa com deficiência.

4. CONCLUSÕES

Agora o que eu posso dizer com certeza, é que sem o auxílio do NAI e de todo o ambiente de uma inclusão quase “perfeita”, pois no seu todo ainda não se é perfeita. Mas, é necessária e, muito necessária, o meu sonho de me formar não estaria se concretizando.

Eu optei por escrever esse relato, não só para contar a minha vivência, mas também para ajudar pessoas com deficiência de qualquer tipo e que se consideram incapazes de cursar o ensino superior público e supondo que na universidade não será disponibilizado acesso às suas necessidades. E, mostrando que apesar das dificuldades encontradas é possível chegar e ocupar esses espaços.

Que esse relato sirva também para núcleos ou/entidades públicas que oferecem atendimento gratuito, que observem o que a pessoa com necessidades especiais enfrentam no seu dia-a-dia.

Não precisamos de mais obstáculos, precisamos de incentivo.

E, eu só percorri esse caminho até aqui por causa da minha persistência, por que as barreiras são imensas.

Eu desejo que daqui para a frente a acessibilidade se torne um compromisso de todos, pois não serei a primeira e nem a última a percorrer esses espaços.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição de 1988. **Lei nº 13.146/2015**. Governo Federal. Acessado em 15 de julho de 2023. Online. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br>

A Educação Especial na Perspetiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.